

Relatório da Administração
(Em R\$)

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2019 da Cooperativa de Crédito dos Servidores dos Poderes Legislativos do Estado de Minas Gerais e do seu Órgão Auxiliar Ltda. – SICCOB COFAL, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em junho de 2019 o SICCOB COFAL completou 39 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICCOB COFAL obteve um resultado de R\$ 6.535.834,32 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 14,60%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 111.274.344,11 Por sua vez, a carteira de créditos representou R\$ 83.157.439,90.

A carteira de créditos foi assim distribuída:

Empréstimos	R\$ 83.157.439,90	100,00%
-------------	-------------------	---------

Os Vinte Maiores Devedores representaram na data-base de 31/12/2019 o percentual de 12,33 % da carteira, no montante de R\$ 10.247.202,66.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 150.234.004,86, apresentaram uma evolução de 26,89% em relação ao exercício anterior.

As captações foram assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 9.055.661,72	6,03%
Depósitos a prazo	R\$ 141.178.343,14	93,97%

Os Vinte Maiores Depositantes representaram, na data-base de 31/12/2019, o percentual de 27,64% da captação, no montante de R\$ 40.452.860,81.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICCOB COFAL era de R\$ 40.611.030,44. O quadro de associados era composto por 2.935 cooperados, havendo um acréscimo de 5,54% em relação ao exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas preestabelecidos, a serem observados e cumpridos, fazendo ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos) realizado pelo sistema, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COFAL adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas, e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o MIG - Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, Regimento Interno da Diretoria Executiva e o Regimento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2017, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COFAL aderiram, em 09/10/2008, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria

tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB COFAL registrou 03 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas 02 reclamações foram consideradas improcedentes e 01 procedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

DIRETORIA EXECUTIVA

- Wagner Dias da Silva – Diretor- Geral
- José Ramos dos Santos – Diretor Financeiro e Comercial
- Luiz Antônio Dias – Diretor Administrativo e de Normas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Cristiano Felix dos Santos Silva – Presidente
- Anderson Moratori Nunes Coelho – Vice-presidente
- Adelmo Gabriel Marques - Conselheiro
- Ana Clarice dos Santos Martins - Conselheira
- Décio Luiz Defeo – Conselheiro
- Geraldo Magela da Silva Neto – Conselheiro
- Hélio Dutra de Freitas – Conselheiro
- Júlio Cadaval Bedê – Conselheiro
- Márcio Juliano Vieira de Almeida - Conselheiro
- Rogério de Senna - Conselheiro
- Terezinha de Jesus Moura Brito – Conselheira

- Maria Aparecida Barbosa – Conselheira

CONSELHO FISCAL

- Geraldo Magela Magalhães Silva - Conselheiro Efetivo
- Paulo Acorroni - Conselheiro Efetivo
- Carlos Antônio de Souza - Conselheiro Efetivo
- Jussara de Melo Ferreira - Conselheira Suplente
- Nilton de Souza Ferreira - Conselheiro Suplente
- Maria Telma Costa Oliveira Hahn - Conselheira Suplente

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2020.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES DOS PODERES LEGISLATIVOS DO ESTADO DE MINAS
GERAIS E DO SEU ÓRGÃO AUXILIAR LTDA.**

SICOOB COFAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018

A T I V O	31/12/2019	Em Reais
		31/12/2018 Reclassificado
Circulante	134.479.756,94	117.759.933,83
Disponibilidades	408.563,40	423.503,27
Relações Interfinanceiras Nota (05)	111.274.344,11	98.528.419,60
Centralização Financeira - Cooperativas	111.274.344,11	98.528.419,60
Operações de Crédito Nota (06)	21.930.187,13	18.009.110,36
Operações de Crédito	22.453.416,88	18.528.002,85
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(523.229,75)	(518.892,49)
Outros Créditos Nota (07)	808.051,99	624.516,95
Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	1.750,31
Rendas a Receber	484.557,02	485.953,71
Diversos	323.494,97	138.563,24
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-	(1.750,31)
Outros Valores e Bens Nota (08)	58.610,31	174.383,65
Outros Valores e Bens	1.064,00	630,00
Despesas Antecipadas	57.546,31	173.753,65
Realizável a Longo Prazo	61.780.222,30	54.051.602,97
Operações de Crédito Nota (06)	59.621.528,40	51.938.452,32
Operações de Crédito	60.704.023,02	53.162.071,24
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.082.494,62)	(1.223.618,92)
Outros Créditos Nota (07)	2.158.693,90	2.113.150,65
Diversos	2.158.693,90	2.113.150,65
Permanente	6.688.430,46	5.718.636,82
Investimentos Nota (09)	5.810.159,37	4.823.656,13
Participações em Cooperativas	5.810.159,37	4.823.656,13
Imobilizado em Uso Nota (10)	852.337,41	882.322,23
Imóveis de Uso	754.253,51	754.253,51
Outras Imobilizações de Uso	1.077.251,26	1.157.545,02
(Depreciações Acumuladas)	(979.167,36)	(1.029.476,30)
Intangível Nota (11)	25.933,68	12.658,46
Ativos Intangíveis	105.075,20	97.327,28
(Amortização Acumulada)	(79.141,52)	(84.668,82)
TOTAL	202.948.409,70	177.530.173,62

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

P A S S I V O	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	155.962.759,76	133.070.031,01
Depósitos Nota (12)	150.234.004,86	118.397.410,78
Depósitos à Vista	9.055.661,72	8.258.689,83
Depósitos a Prazo	141.178.343,14	110.138.720,95
Relações Interdependências (Nota 13)	99.800,00	223.800,00
Ordens de Pagamento	99.800,00	223.800,00
Outras Obrigações Nota (14)	5.628.954,90	14.448.820,23
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	9.698,80	28.109,10
Sociais e Estatutárias	1.490.743,66	1.631.976,41
Fiscais e Previdenciárias	248.450,42	249.323,80
Diversas	3.880.062,02	12.539.410,92
Exigível a Longo Prazo	2.201.348,24	2.144.727,26
Outras Obrigações Nota (14)	2.201.348,24	2.144.727,26
Diversas	2.201.348,24	2.144.727,26
Patrimônio Líquido Nota (16)	44.784.301,70	42.315.415,35
Capital Social	22.169.636,77	21.255.425,74
De Domiciliados no País	22.169.736,77	21.255.425,74
(Capital a Realizar)	(100,00)	
Reserva de Lucros	19.401.966,29	17.795.616,97
Sobras Acumuladas	3.212.698,64	3.264.372,64
TOTAL	202.948.409,70	177.530.173,62

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES DOS PODERES LEGISLATIVOS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO SEU ÓRGÃO AUXILIAR LTDA.
SICOOB COFAL**

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Valores expressos em reais R\$)

Descrição	Notas	Segundo Semestre/2019	31/12/2019	31/12/2018 Reclassificado
RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.196.244,59	14.076.261,06	13.628.109,93
Operações de Crédito	19	7.196.244,59	14.076.261,06	13.628.109,93
DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20	(3.576.570,83)	(7.059.839,02)	(6.668.112,53)
Operações de Captação no Mercado		(3.604.732,84)	(7.124.744,97)	(6.383.832,43)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		28.162,01	64.905,95	(284.280,10)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.619.673,76	7.016.422,04	6.959.997,40
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(419.683,91)	(473.023,02)	(327.843,78)
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	21	716.551,01	1.366.864,14	1.110.247,97
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	22	123.849,71	239.508,11	257.651,48
Despesas(Dispêndios) de Pessoal	23	(2.552.959,71)	(5.051.058,09)	(4.467.236,83)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas	24	(1.387.602,50)	(2.656.196,37)	(2.534.753,33)
Despesas(Dispêndios) Tributárias		(96.437,02)	(185.746,74)	(173.282,94)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais	25	216.657,54	722.833,46	768.990,16
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		2.776.622,28	5.545.683,82	4.957.992,00
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais	26	(216.365,22)	(454.911,35)	(247.452,29)
RESULTADO OPERACIONAL		3.199.989,85	6.543.399,02	6.632.153,12
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	27	(6.377,15)	(7.564,70)	10.687,87
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		3.193.612,70	6.535.834,32	6.642.840,99
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		27.068,25	-	-
Provisão para Imposto de Renda		15.912,95	-	-
Provisão para Contribuição Social		11.155,30	-	-
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	16.d	-	(2.141.799,09)	(2.175.115,19)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		-	(535.449,77)	(543.778,80)
Reserva Legal		-	(1.606.349,32)	(1.631.336,39)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA)		3.220.680,95	4.394.035,23	4.467.725,80
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	18	(1.181.336,59)	(1.181.336,59)	(1.205.053,02)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO		2.039.344,36	3.212.698,64	3.262.672,78

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES DOS PODERES LEGISLATIVOS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO SEU ÓRGÃO AUXILIAR LTDA.
SICOOB COFAL**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Expansão	Acumuladas	
Saldo em 31/12/17	19.285.453,22	(50,00)	15.828.908,24	13.124,12	3.239.480,79	38.366.916,37
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Constituição de Reserva				323.948,08	(323.948,08)	
Em Conta Corrente do Associado					(2.858.311,91)	(2.858.311,91)
Empréstimo quitado com rateio					(8.170,30)	(8.170,30)
Sobras a distribuir					(49.050,50)	(49.050,50)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.732.621,86	50,00				1.732.671,86
Por Devolução (-)	(921.321,89)					(921.321,89)
Estorno de Capital	-					-
Reversão de reserva				(1.699,86)	1.699,86	-
Sobras ou Perdas Líquidas					6.642.840,99	6.642.840,99
Provisão de Juros ao Capital					(1.205.053,02)	(1.205.053,02)
Subscrição do Juros ao Capital	1.182.585,76					1.182.585,76
IRRF sobre Juros ao Capital	(23.913,21)					(23.913,21)
FATES - Atos Não Cooperativos						-
Destinação das Sobras ou Perdas:						
. Fundo de Reserva			1.631.336,39		(1.631.336,39)	-
. F A T E S					(543.778,80)	(543.778,80)
Saldos em 31/12/18	21.255.425,74	-	17.460.244,63	335.372,34	3.264.372,64	42.315.415,35
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Constituição de Reserva				-	-	
Em Conta Corrente do Associado					(3.179.229,32)	(3.179.229,32)
Empréstimo quitado com rateio					(7.874,18)	(7.874,18)
Devolução de Sobras a Ex Cooperado em Espécie					(4.626,60)	(4.626,60)
Sobras a distribuir					(72.642,54)	(72.642,54)
Reversão de Reserva				-	-	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.887.933,69	(100,00)				1.887.833,69
Por Devolução (-)	(2.096.540,78)					(2.096.540,78)
Estorno de Capital						-
Sobras ou Perdas Líquidas					6.535.834,32	6.535.834,32
Provisão de Juros ao Capital					(1.181.336,59)	(1.181.336,59)
Subscrição do Juros ao Capital	1.148.234,51					1.148.234,51
IRRF sobre Juros ao Capital	(25.316,39)					(25.316,39)
FATES - Atos Não Cooperativos						-
Destinação das Sobras ou Perdas:						
. Fundo de Reserva			1.606.349,32		(1.606.349,32)	-
. F A T E S					(535.449,77)	(535.449,77)
Saldos em 31/12/19	22.169.736,77	(100,00)	19.066.593,95	335.372,34	3.212.698,64	44.784.301,70
Saldos em 30/06/19	20.601.020,73	(18.150,00)	17.460.244,32	335.372,34	3.315.153,37	41.693.641,07
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	971.907,98	18.050,00				989.957,98
Por Devolução (-)	(526.110,06)					(526.110,06)
Estorno de Capital						-
Reversão de Reserva				-	-	-
Sobras ou Perdas Líquidas					3.220.680,95	3.220.680,95
Provisão de Juros ao Capital					(1.181.336,59)	(1.181.336,59)
Subscrição do Juros ao Capital	1.148.234,51					1.148.234,51
IRRF sobre Juros ao Capital	(25.316,39)					(25.316,39)
FATES - Atos Não Cooperativos						-
Destinação das Sobras ou Perdas:						
. Fundo de Reserva			1.606.349,32		(1.606.349,32)	-
. F A T E S					(535.449,77)	(535.449,77)
Saldos em 31/12/19	22.169.736,77	(100,00)	19.066.593,64	335.372,34	3.212.698,64	44.784.301,70

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES DOS PODERES LEGISLATIVOS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO SEU ÓRGÃO AUXILIAR LTDA.**

SICOOB COFAL

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

DESCRIÇÃO	Em Reais		
	Segundo Semestre/2019	31/12/2019	31/12/2018 Reclassificado
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	3.193.612,70	6.535.834,32	6.642.840,99
IRPJ / CSLL	27.068,25	-	-
Provisão para Operações de Crédito	(28.162,01)	(64.905,95)	284.280,10
Provisão de Juros ao Capital	(1.181.336,59)	(1.181.336,59)	(1.205.053,02)
Depreciações e Amortizações	66.285,72	130.702,30	107.340,47
	2.077.468,07	5.420.294,08	5.829.408,54
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	(241.208,41)	(11.539.246,90)	(4.402.187,54)
Outros Créditos	(34.558,63)	(229.078,29)	(129.588,33)
Outros Valores e Bens	98.680,09	115.773,34	(131.628,84)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	1.518.507,85	796.971,89	2.406.897,28
Depósitos sob Aviso	20.964,88	70.206,96	(206.157,37)
Depósitos a Prazo	17.927.721,05	30.969.415,23	11.130.044,63
Relações Interdependências	(199.600,00)	(124.000,00)	223.800,00
Outras Obrigações	2.717.787,42	(9.298.694,12)	10.945.762,88
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	23.885.762,32	16.181.642,19	25.666.351,25
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível	(9.785,42)	(20.720,98)	(8.400,00)
Inversões em Imobilizado de Uso	(33.399,62)	(93.271,72)	(133.923,42)
Inversões em Investimentos	(598.148,62)	(986.503,24)	(385.538,65)
Outros Ajustes	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(641.333,66)	(1.100.495,94)	(527.862,07)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	989.957,98	1.887.833,69	1.732.671,86
Devolução de Capital à Cooperados	(526.110,06)	(2.096.540,78)	(921.321,89)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(3.179.229,32)	(2.858.311,91)
Empréstimo quitado com rateio	-	(7.874,18)	(8.170,30)
Devolução de Sobras a Ex Cooperado em Espécie	-	(4.626,60)	-
Sobras a distribuir	-	(72.642,54)	(49.050,50)
Subscrição do Juros ao Capital	1.148.234,51	1.148.234,51	1.182.585,76
IRRF sobre Juros ao Capital	(25.316,39)	(25.316,39)	(23.913,21)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.586.766,04	(2.350.161,61)	(945.510,19)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	24.831.194,70	12.730.984,64	24.192.978,99
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	86.851.712,81	98.951.922,87	74.758.943,88
No Fim do Período (Nota 3 - t)	111.682.907,51	111.682.907,51	98.951.922,87
Varição Líquida das Disponibilidades	24.831.194,70	12.730.984,64	24.192.978,99

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES DOS PODERES LEGISLATIVOS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS E DO SEU ÓRGÃO AUXILIAR LTDA.
SICOOB COFAL**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES DOS PODERES LEGISLATIVOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO SEU ÓRGÃO AUXILIAR LTDA. - SICOOB COFAL, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 01/10/1980, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COFAL** possui 02 Postos de Atendimento (PA) em Belo Horizonte - MG

O **SICOOB COFAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Desta forma as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pelo conselho de administração em 31/01/2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
-----------	------------	------------

Caixa e depósitos bancários	408.563,40	423.503,27
Relações interfinanceiras - centralização financeira	111.274.344,11	98.528.419,60
TOTAL	111.682.907,51	98.951.922,87

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de **2019** e **2018**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	111.274.344,11	98.528.419,60
TOTAL	111.274.344,11	98.528.419,60

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em **31/12/2019** e **31/12/2018** foram respectivamente **R\$ 5.545.683,82** e **R\$ 4.957.992,00**, com taxa média de **101,81%** e **100,79%** do CDI nos respectivos períodos.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	4.960,09	0,00	4.960,09	2.236,24
Empréstimos	22.448.456,79	60.704.023,02	83.152.479,81	71.687.837,85
(-) Provisões para Operações de Crédito	(523.229,75)	(1.082.494,62)	(1.605.724,37)	(1.742.511,41)
TOTAL	21.930.187,13	59.621.528,40	81.551.715,53	69.947.562,68

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo	A.D / Cheque Especial	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	19.202.816,02	236,52	19.203.052,54	0,00	104.245,09	0,00
A 0,5% Normal	40.301.206,06	198.417,05	40.499.623,11	(202.498,14)	44.028.916,35	(220.144,58)
B 1% Normal	8.934.739,14	77.087,87	9.011.827,01	(90.118,27)	11.600.701,79	(116.007,02)
B 1% Vencidas	17.572,87	55,76	17.628,63	(176,30)	9.676,85	(96,77)
C 3% Normal	8.720.501,89	299.962,08	9.020.463,97	(270.613,93)	9.489.172,24	(284.675,67)
C 3% Vencidas	166.457,71	2.365,23	168.822,94	(5.064,70)	114.825,30	(3.444,76)
D 10% Normal	3.250.784,99	120.267,46	3.371.052,45	(337.105,26)	4.890.253,92	(489.025,40)
D 10% Vencidas	288.509,68	6.890,67	295.400,35	(29.540,05)	42.147,72	(4.214,78)
E 30% Normal	904.064,76	51.732,79	955.797,55	(286.739,28)	828.918,83	(248.675,65)
E 30% Vencidas	18.342,76	5.214,58	23.557,34	(7.067,21)	32.419,64	(9.725,89)
F 50% Normal	180.420,08	35.207,16	215.627,24	(107.813,63)	315.343,91	(157.671,95)
F 50% Vencidas	158.312,62	1.534,30	159.846,92	(79.923,47)	30.847,07	(15.423,53)
G 70% Normal	1.309,66	11.443,12	12.752,78	(8.926,96)	26.411,55	(18.488,08)
G 70% Vencidas	72.420,66	412,36	72.833,02	(50.983,12)	4.255,00	(2.978,50)
H 100% Normal	97.373,70	4.148,79	101.522,49	(101.522,49)	97.810,10	(97.810,10)
H 100% Vencidas	27.589,72	41,84	27.631,56	(27.631,56)	74.128,73	(74.128,73)
Total Normal	81.593.216,30	798.502,84	82.391.719,14	(1.405.337,96)	71.381.773,78	(1.632.498,45)
Total Vencidos	749.206,02	16.514,74	765.720,76	(200.386,41)	308.300,31	(110.012,96)
Total Geral	82.342.422,32	815.017,58	83.157.439,90	(1.605.724,37)	71.690.074,09	(1.742.511,41)
Provisões	(1.534.230,67)	(71.493,70)	(1.605.724,37)		(1.742.511,41)	
Total Líquido	80.808.191,65	743.523,88	81.551.715,53		69.947.562,68	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	8.165.742,62	13.472.656,68	60.704.023,02	82.342.422,32
Conta Corrente	815.017,58	0,00	0,00	815.017,58
TOTAL	8.980.760,20	13.472.656,68	60.704.023,02	83.157.439,90

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado-Serviços	0,00	922.675,03	922.675,03	1%
Pessoa Física	815.017,58	81.419.747,29	82.234.764,87	99%
TOTAL	815.017,58	82.342.422,32	83.157.439,90	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	1.742.511,41	1.546.590,20
Constituições/reversões	(63.155,64)	288.590,51
Transferência para prejuízo	(73.631,40)	(92.669,30)
TOTAL	1.605.724,37	1.742.511,41

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	921.284,39	1,00%	1.021.267,88	1,00%
10 Maiores Devedores	6.075.582,46	7,00%	5.916.215,61	8,00%
50 Maiores Devedores	20.622.210,01	25,00%	19.689.545,06	27,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	693.505,35	733.760,71
Valor das operações transferidas no período	73.631,40	92.669,30
Valor das operações recuperadas no período	(53.810,09)	(132.924,66)
TOTAL	713.326,66	693.505,35

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados	0,00	1.750,31
Rendas a Receber (a)	484.557,02	485.953,71
Devedores por Depósito e Garantia (b)	2.158.693,90	2.113.150,65
Diversos (c)	323.494,97	138.563,24
(-) Provisões para Outros Créditos (d)	0,00	(1.750,31)
TOTAL	2.966.745,89	2.737.667,60

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CECREMGE (R\$ 419.942,45) e outras (R\$ 64.614,57);

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 362.932,31), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.795.761,59);

- (c) Refere-se a adiantamento para despesas diversas, fundo fixo, valores a receber de tarifas, impostos e contribuições a compensar, pendências a regularizar e créditos de empresa conta descontos em folha.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Material em Estoque	1.064,00	630,00
Despesas Antecipadas	57.546,31	173.753,65
TOTAL	58.610,31	174.383,65

As despesas antecipadas, referem-se aos prêmios de seguros, assinatura de periódicos, processamento de dados, contribuição confederativa, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	4.231.541,53	3.453.022,47
Participações inst. Financeira controlada Coop. crédito	1.578.617,84	1.370.633,66
TOTAL	5.810.159,37	4.823.656,13

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	11.130,56	0,00	
Terrenos	189.224,04	189.224,04	
Edificações	565.029,47	565.029,47	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(405.859,60)	(383.258,32)	
Instalações	161.974,44	161.974,44	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(47.645,71)	(32.469,41)	
Móveis e equipamentos de Uso	460.992,90	452.188,34	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(279.668,06)	(254.029,59)	
Sistema de Comunicação	38.100,30	37.460,30	20%
Sistema de Processamento de Dados	381.221,68	389.460,81	10%
Sistema de Segurança	118.196,81	116.461,13	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(340.359,42)	(359.718,98)	
TOTAL	852.337,41	882.322,23	

As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após o recebimento do equipamento e efetivo uso quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2019	31/12/2018
Sistema de Processamento de Dados – Software	-	65.075,20	57.327,28
Direito de Uso		40.000,00	40.000,00
TOTAL		105.075,20	97.327,28
Amortização acumulada	10% e 20%	(79.141,52)	(84.668,82)
TOTAL		25.933,68	12.658,46

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a licença de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em 01 de junho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	9.055.661,72	8.258.689,83
Depósito Sob Aviso	2.004.853,58	1.934.646,62
Depósito a Prazo	139.173.489,56	108.204.074,33
TOTAL	150.234.004,86	118.397.410,78

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(115.128,53)	(126.536,13)
Despesas de Depósitos a Prazo	(6.815.462,76)	(6.096.620,33)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(194.153,68)	(160.675,97)
TOTAL	(7.124.744,97)	(6.383.832,43)

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2019	2018
Ordens de Pagamento	99.800,00	223.800,00
TOTAL	99.800,00	223.800,00

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	9.698,80	-	28.109,10	-
Sociais e Estatutárias	1.490.743,66	-	1.631.976,41	-
Fiscais e Previdenciárias	248.450,42	-	249.323,80	-
Diversas	3.880.062,02	2.201.348,24	12.539.410,92	2.144.727,26
TOTAL	5.628.954,90	2.201.348,24	14.448.820,23	2.144.727,26

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	535.449,77	543.778,80
Resultado de Atos com Não Associados (a)	91.848,84	443.339,78
Sobras a distribuir (b)	213.232,84	181.781,01
Cotas de Capital a Pagar (b)	650.212,21	463.076,82
TOTAL	1.490.743,66	1.631.976,41

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Os valores das contas de Capital a pagar e Sobras a distribuir estão à disposição dos cooperados que não fazem mais parte da cooperativa.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	16.000,11	17.093,18
Impostos e Contribuições sobre Salários	184.407,44	167.224,02
Outros	48.042,87	65.006,60
TOTAL	248.450,42	249.323,80

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	0,00	36.839,29
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	572.994,56	513.048,61
Provisão para Passivos Contingentes (nota 26)	2.201.348,24	2.144.727,26
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	102.735,75	79.425,04
Credores Diversos – País (c)	3.204.331,71	11.910.097,98
TOTAL	6.081.410,26	14.684.138,18

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 460.861,86), provisão de despesas com aluguel (R\$ 13.006,43), comunicação (R\$ 6.663,79), serviços gráficos (R\$ 8.197,00), , assessoria técnica (R\$ 4.889,70), seguro prestamista (R\$ 38.991,71), provisão de despesas com cartões (R\$ 14.761,22) e outras (R\$ 25.622,85).

(b) Refere-se à contabilização, a partir de 30/09/2015, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por

coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 5.007.768,46 (R\$ 3.560.644,60 em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Do total de Credores Diversos o montante de R\$ 3.068.976,69 refere-se à antecipação da folha de pagamento da ALMG a ser creditada no mês subsequente, R\$ 80.867,73 às pendências a regularizar Bancoob, e R\$ 54.48729 referentes à outras pendências.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COFAL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2018, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 914.211,03 com recursos provenientes de capitalização mensal, novos associados e incorporação de juros ao capital social.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	22.169.636,77	21.255.425,74
Associados	2.935	2.887

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25/04/2019, os cooperados deliberaram pela distribuição em conta corrente dos associados no valor de R\$ 3.264.372,64.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	5.354.497,73	5.437.787,97
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.354.497,73	5.437.787,97

Destinações estatutárias		
Reserva legal - 30%	1.606.349,32	1.631.336,39
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	535.449,77	543.778,80
Reserva de expansão revertida para sobras acumuladas	0,00	1.699,86
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.212.698,64	3.264.372,64

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Receita de prestação de serviços	1.293.011,27	1.148.919,89
Despesas específicas de atos não cooperativos	(238.093,92)	(191.275,10)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(423.657,26)	(376.645,89)
Resultado não operacional	(7.564,70)	10.687,37
Resultado operacional	623.695,39	591.686,27
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(994.462,33)	(911.714,65)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(370.766,94)	(320.028,38)
Imposto de Renda e Contribuição Social	0,00	0,00
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(370.766,94)	(320.028,38)

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 1.181.336,59, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

19. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	4.117,07	7.004,56
Rendas de Empréstimos	14.010.025,68	13.435.648,75
Rendas de Financiamentos	0,00	3.056,87
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	62.118,31	182.399,75
TOTAL	14.076.261,06	13.628.109,93

20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	-7.124.744,97	-6.383.832,43
Provisões para Operações de Crédito	64.905,95	-284.280,10
TOTAL	-7.059.839,02	-6.668.112,53

21. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	1.262,80	526,40
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	1.365.601,34	1.109.721,57
TOTAL	1.366.864,14	1.110.247,97

22. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	330,75	441,00
Rendas de Serviços Prioritários – PF	216.502,70	221.883,35

Rendas de Serviços Diferenciados – PF	17.708,31	30.885,68
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	4.966,35	4.441,45
TOTAL	239.508,11	257.651,48

23. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(65.165,67)	(61.914,01)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(957.809,65)	(856.388,47)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(575.372,68)	(515.271,51)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.052.224,85)	(955.344,31)
Despesas de Pessoal – Proventos	(2.286.351,33)	(2.058.904,63)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(93.525,22)	0,00
Despesas de Remuneração de Estagiários	(20.608,69)	(19.413,90)
TOTAL	(5.051.058,09)	(4.467.236,83)

24. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(59.130,56)	(43.045,04)
Despesas de Aluguéis	(164.727,45)	(153.115,96)
Despesas de Comunicações	(138.671,80)	(134.268,51)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(40.654,44)	(42.292,02)
Despesas de Material	(28.526,68)	(24.889,33)
Despesas de Processamento de Dados	(303.013,30)	(245.763,31)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(89.168,43)	(4.808,29)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(11.566,20)	(9.125,76)
Despesas de Seguros	(26.347,44)	(26.150,86)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(472.338,85)	(440.569,53)
Despesas de Serviços de Terceiros	(168.606,48)	(231.067,25)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(191.053,98)	(195.808,09)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(206.893,80)	(237.586,58)
Despesas de Transporte	(46.804,77)	(47.377,21)
Despesas de Amortização	(7.445,76)	(6.809,84)
Despesas de Depreciação	(123.256,54)	(100.530,63)
Outras Despesas Administrativas	(420.485,44)	(464.667,43)
Emolumentos judiciais e cartorários	(2.192,91)	(8.212,54)
Contribuição a OCE	(68.819,87)	(58.787,78)
Rateio de despesas da Central	0,00	(306,13)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(86.491,67)	(59.571,24)
TOTAL	(2.656.196,37)	(2.534.753,33)

25. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	10.773,71	11.584,70
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	101.185,60	1.731,77
Dividendos	207.980,15	158.567,13
Distribuição de sobras da central	122.038,95	179.089,87
Atualização depósitos judiciais	45.543,25	44.529,67
Outras rendas operacionais	1.358,59	7.970,37
Rendas oriundas de cartões de crédito	233.953,21	365.516,65
TOTAL	722.833,46	768.990,16

26. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2019	2018
Operações com características de concessão de crédito	(23.477,81)	(10.074,71)
Despesas de Descontos Concedidos	(29.965,75)	(10.383,24)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(639,75)	(89,70)

Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	0,00	(442,59)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	0,00	(157,40)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(38.343,12)	(40.855,45)
Outras Despesas Operacionais	(237.988,61)	(140.471,33)
Garantias Financeiras Prestadas	(124.496,31)	(44.977,87)
TOTAL	(454.911,35)	(247.452,29)

27. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	910,85	11.333,70
(-) Perdas de Capital	(8.475,55)	(646,33)
Resultado Líquido	(7.564,70)	10.687,37

28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	775.345,35	1,34%	16.622,02
TOTAL	775.345,35	1,34%	16.622,02
Montante das Operações Passivas	2.290.857,24	2,58%	

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	5.820,48	165,84	0,76%
Empréstimo	1.420.904,29	15.806,15	1,73%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	228.687,70	2,53%	0%
Depósitos a Prazo	7.136.327,12	5,05%	0,36%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,42%	1,42%
Aplicação Financeira – Pré-Fixada	0,45%	0,45%
Aplicação Financeira – Pós-Fixada	96,18%	96,18%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	1,35%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	165.174,70

As cobrições prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

AS COOPBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Pessoa Física	154.842,41

No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários	724.100,89
Cédulas de Presença	233.708,76

29. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES DOS PODERES LEGISLATIVOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO SEU ÓRGÃO AUXILIAR LTDA. - SICOOB COFAL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 05)	111.274.344,11	98.528.419,60
Ativo Permanente - Investimentos (nota 09)	4.231.541,53	3.453.022,47

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30 de junho de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29 de agosto de 2019, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2019 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito,

mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

30.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

33. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	362.932,31	362.932,31	355.329,88	355.329,88
COFINS	1.795.761,59	1795761,59	1.757.820,77	1757820,77
OUTRAS CONTINGÊNCIAS FISCAIS	42.654,34		31.576,61	
TOTAL	2.201.348,24	2.158.693,90	2.144.727,26	2.113.150,65

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

BELO HORIZONTE / MG, 31 de janeiro de 2020.

Wagner Dias da Silva
Diretor-Geral

José Ramos dos Santos
Diretor Financeiro e Comercial

Luiz Antônio Dias
Diretor Administrativo e de Normas

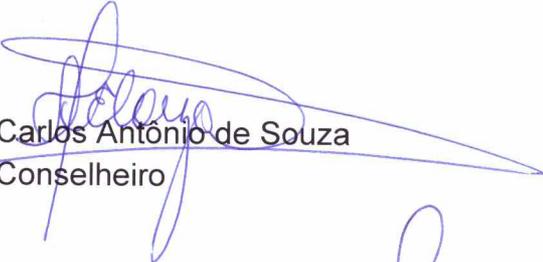
Cláudia Regina da Fonseca
Contadora - CRC/MG - 070.832/0-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento à disposição estatutária os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito dos Servidores dos Poderes Legislativos do Estado de Minas Gerais e do seu Órgão Auxiliar Ltda. – SICOOB COFAL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias examinaram o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 2019, as Demonstrações Financeiras e Contábeis e as demais contas do Exercício findo de 2019, declaram para os devidos fins, que os exames foram pautados e conduzidos em conformidade com as normas de contabilidade, com vista aos documentos e através de esclarecimentos prestados em reuniões realizadas mensalmente por este conselho durante o ano de 2019.

São unânimes em se pronunciarem favoravelmente ao encaminhamento e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária das contas apresentadas pela Administração, referentes ao período supracitado.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2020.



Carlos Antônio de Souza
Conselheiro



Paulo Acorroni
Conselheiro



Jussara de Melo Ferreira
Conselheira

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito dos Servidores dos Poderes Legislativos do Estado de Minas Gerais e do seu Órgão Auxiliar Ltda. SICOOB COFAL

Belo Horizonte / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Servidores dos Poderes Legislativos do Estado de Minas Gerais e do seu Órgão Auxiliar Ltda. SICOOB COFAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COFAL em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida

significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 13 de março de 2020.



Elisângela de Cássia Lara
Contadora - CRC MG 086.574/O
CNAI 3.750